



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

nº 001/2025

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O oferecimento de *coffee break* em eventos institucionais, como palestras, cursos e capacitações, é fundamental para promover o bem-estar dos servidores, estimular a produtividade, concentração e criatividade. Um bom ambiente de trabalho ajuda na saúde física e mental, retém talentos e fortalece a imagem da instituição.
- 1.2. Esses pequenos lanches também impactam positivamente na participação do público externo, ao propiciar momentos de interação informal, experiência agradável e acolhedora. Contribuem para a aproximação dos participantes, facilitam contatos, discussões e trocas de experiências.
- 1.3. A contratação possui alinhamento com o Planejamento Estratégico do MPF, em especial com os seguintes objetivos:
 - *Fomentar a atuação cooperativa com demais órgãos, instituições e com a sociedade civil.*
 - *Aprimorar o desenvolvimento de pessoas, com base em competências, na interdisciplinaridade e na disseminação do conhecimento*
 - *Garantir a efetividade das ações de qualidade de vida e de bem-estar no trabalho presencial e remoto*
 - *Garantir a valorização profissional, a retenção e o fomento de novos talentos, com foco na produtividade.*
- 1.4. Eventos, portanto, relacionados às atividades finalísticas do MPF, cuja pertinência deverá ser devidamente justificada caso a caso pelas unidades requisitantes e dependerá da anuência da chefia da Unidade. Estão, de igual modo, alinhados às recomendações constantes no Parecer Audin-MPU nº 531/2022.

2. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 2.1. Quando da elaboração do PCA/2025, a presente contratação não foi inserida no momento oportuno. Assim, foi solicitada a sua inclusão mediante memorando encaminhado à Secretaria Estadual da unidade.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 3.1. Adquirir produtos alimentícios para compor um lanche leve ("*coffee break*") nos intervalos de determinados eventos institucionais. Para tanto, necessita-se tão somente da aquisição dos produtos pertinentes (bolos, salgados, sucos), sem a contratação de outros serviços. A organização e disposição dos alimentos ficarão por conta da equipe de profissionais terceirizados que trabalham nas copas da instituição.
- 3.2. Não haverá custos com a entrega, pois a coleta dos produtos será feita pela contratante, por meio da Seção de Segurança Orgânica e Transporte – SESOT.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratada deve ser pessoa jurídica, do ramo de fornecimento de alimentos para o público em geral, apta a contratar com o serviço público. Deve atender as exigências fiscais, trabalhistas, sanitárias e as demais normais legais.
- 4.2. Os produtos deverão estar disponíveis para pronta entrega ou, a depender do caso, serem encomendados para datas específicas. Em quaisquer dos casos, deverão estar devidamente acondicionados e embalados.
- 4.3. Por questão de segurança alimentar, deve-se evitar a contratação de pessoa física e, sobretudo, de empresas que não sejam passíveis de fiscalização sanitária.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- 5.1. Considerando a experiência dos últimos dois anos, estima-se que em 2025 haverá os seguintes eventos institucionais com possibilidade de *coffee break*:

Item	Circunstâncias	Eventos	Nº de participantes	
			PR/AL	PRM/ARA
1	Datas comemorativas: dia internacional da mulher, dia das mães, dia dos pais, dia do servidor, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, etc	Palestras, encontros, roda de conversa, exibição de documentários, etc.	350	150
2	Eventos internos de capacitação	Curso, treinamento, palestra, clube de leitura, etc.	150	50
3	Diálogo com a sociedade civil, órgãos públicos e a sociedade em geral	Audiências públicas, reuniões, encontros, palestras, etc.	350	150
TOTAL ANUAL			850	400

- 5.2. A partir desse número referencial de participantes anuais, é possível deduzir o quantitativo de alimentos, conforme a tabela abaixo, considerando que seriam servidos em conjunto:

Item	Alimentos	Qtd por pessoa	Pessoas servidas	Total anual	
				PR/AL	PRM/ARA
1	Bolo tradicional, tipo caseiro, simples ou sabor chocolate, laranja, banana, etc.	2 fatias	10	85	40
2	Salgados (mini pastel, coxinha, etc)	2 unidades	1	1700	800
3	Sucos (polpa de frutas)	50 g	2	425	200



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

4	Refrigerante - 2 litros	400 ml	5	170	80
5	Água de coco - 1 litro	200 ml	5	170	80

6. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

6.1. Há, no mercado local, diversas lojas que, em tese, podem fornecer os itens desejados. Além de empresas especializadas no fornecimento de bolos e salgados para eventos, existem panificação, lanchonetes e padarias que dispõem dos itens necessários.

7. **ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Grosso modo, presume-se que o valor total máximo da contratação não ultrapassará os valores abaixo projetados:

GRUPO 1 - MACEIÓ				
Item	Alimentos	Qtd	Pç. Unit.	Total
1	Bolo tradicional, tipo caseiro, simples ou sabor chocolate, laranja, banana, etc.	85	25,00	2.125,00
2	Salgados (mini pastel, coxinha, etc.)	1700	1,5	2.550,00
3	Sucos (polpa de frutas)	425	2	850,00
4	Refrigerante - 2 litros	170	10,00	1.700,00
5	Água de coco - 1 litro	170	20,00	3.400,00
TOTAL				10.625,00

GRUPO 2 - ARAPIRACA				
Item	Alimentos	Qtd	Pç. Unit.	Total
1	Bolo tradicional, tipo caseiro, simples ou sabor chocolate, laranja, banana, etc.	40	25,00	1.000,00
2	Salgados (mini pastel, coxinha, etc)	800	1,5	1.200,00
3	Sucos (polpa de frutas)	200	2	400,00
4	Refrigerante - 2 litros	80	10,00	800,00
5	Água de coco - 1 litro	80	20,00	1.600,00
TOTAL				5.000,00

8. **DAS ALTERNATIVAS DA CONTRATAÇÃO**

8.1. Além da contratação acima mencionada, outras soluções também poderiam ser



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

consideradas. Cada uma com suas vantagens e desvantagens. Entre as alternativas, destacam-se duas: a) aquisição por suprimento de fundos; b) seleção de buffet; e c) aquisição direta dos alimentos.

- 8.1.1. **Do aquisição por suprimento de fundos.** Apresenta com principal vantagem a economia processual, pois evita-se o ônus de se efetuar uma licitação ou de uma dispensa. Como o valor da aquisição anual é relativamente baixo, essa opção é que se revela economicamente mais viável para Administração Pública. Isso fica mais evidente quando se leva em conta os custos envolvidos em um processo licitatório. Existem cálculos apontando que o valor total com uma licitação pode superar facilmente os R\$ 10 mil reais¹. Também possui a praticidade de aquisição mediante cartão corporativo e maior universo de fornecedores. Tem como pontos negativos a restrição legal do suprimento de fundos, que, no geral, fica reservado para despesas imprevistas ou urgentes.
- 8.1.2. **Da contratação de buffet.** A vantagem dessa opção seria dispor de uma empresa especializada no fornecimento dos produtos, com entrega e disposição dos alimentos no local do evento. No entanto, a alternativa possui a desvantagem de ser consideravelmente mais onerosa, como demonstraram algumas contratações anteriores. No último contrato firmado pela PR/AL, em 2022, o custo por pessoa era de R\$ 34,00. Se for considerada a estimativa anual de um público aproximado de 850 pessoas, o valor total poderia chegar a R\$ 28.900,00. Além do mais, esse modo de fornecimento apresenta dificuldades nas ocasiões em que se faz necessário apenas um *coffee break* mais "simples", para poucas pessoas. Em regra, não é vantajoso para o *buffet* movimentar o aparato da empresa para viabilizar pequenos eventos. Em contratos dessa natureza, a experiência da PR/AL aponta que a viabilidade da prestação dos serviços requer evento com um público mínimo de 30 pessoas.
- 8.1.3. **Aquisição direta dos alimentos.** Esta alternativa, além de mais econômica que a anterior, apresenta a vantagem de poder atender a eventos institucionais de portes diversos. Como a coleta dos alimentos é feita pelo MPF, não haverá custo extra para empresa

¹ vide, por exemplo:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

com a entrega dos produtos. Nem com a quantidade, pois presume-se que, em tese, a empresa atende o público em geral e sempre terá os itens dispostos à venda. A desvantagem, no entanto, está no risco de não se encontrar no mercado local empresa interessada que disponha de todos os itens aqui especificados, sendo necessário firmar contrato com mais de um fornecedor.

- 8.2. Para melhor ilustrar, usemos como exemplo um evento a ser realizado para 100 (cem) pessoas:
- a) Se for utilizada a solução de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coffee break, considerando o valor do último contrato, o custo por pessoa seria de R\$ 34,00, o que teria como custo total o valor de **R\$ 3.400,00**.
 - b) Se for utilizada a solução de aquisição direta de alimentos, o mesmo evento para 100 (cem) participantes teria o seguinte custo:

Item	Alimentos	Qtd	Pç. Unit.	Total
1	Bolo tradicional, tipo caseiro, simples ou sabor chocolate, laranja, banana, etc.	10	R\$ 25,00	R\$ 250,00
2	Salgados (mini pastel, coxinha, etc.)	200	R\$ 1,50	R\$ 300,00
3	Sucos (polpa de frutas)	50	R\$ 2,00	R\$ 100,00
4	Refrigerante - 2 litros	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
5	Água de coco - 1 litro	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00
TOTAL				R\$ 1.250,00

- 8.3. Consideradas as vantagens e desvantagens, vê-se que a última alternativa atende de modo razoavelmente satisfatório a maior parte das demandas por *coffee break* oferecidos nos eventos institucionais.

- 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**
- 9.1. A solução a ser contratada compreende o fornecimento, por empresa especializada, de gêneros alimentícios para os eventos institucionais promovidos pelo Ministério Público Federal em Alagoas (MPF/AL), garantindo a qualidade, a padronização e o suporte necessário para a adequada realização das atividades institucionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

- 9.2. A empresa contratada será responsável por fornecer os insumos alimentares. Os itens devem ser aqueles determinados pelo MPF/AL e abranger opções básicas de lanches e bebidas, sempre observando os padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar exigidos pela legislação vigente, incluindo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais órgãos reguladores.
- 9.3. O fornecimento ocorrerá sob demanda, conforme programação previamente estabelecida pelo MPF/AL, respeitando prazos e quantidades definidos para cada evento.
- 9.4. A logística de transporte dos itens ficará sob responsabilidade da CONTRATANTE.
- 9.5. Dessa forma, a contratação busca garantir que os eventos institucionais sejam realizados com a infraestrutura e o suporte necessários, proporcionando conforto aos participantes, otimização do tempo das atividades e eficiência na gestão dos recursos, sempre em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e qualidade exigidos na Administração Pública.

10. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

- 10.1. Considerando que as unidades do MPF/AL estão em cidades diferentes, faz-se necessário que a contratação seja feita por grupo: um para a PR/AL; outro para a PRM/ARAPIRACA.
- 10.2. O objetivo do parcelamento é ampliar a competição com vistas à economicidade, considerando que a solução é tecnicamente viável e economicamente vantajosa.

11. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 11.1. Atender, por meio do melhor custo/benefício, as demandas por refeições breves (coffee break) durante eventos institucionais realizados pelo MPF/AL em 2025.

12. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- 12.1. Não há nenhuma providência prévia a ser adotada.

13. DAS CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES

- 13.1. Se a Administração considerar pertinente, pode analisar a possibilidade de buscar, de forma concomitante, adesão a ata de registro de preços junto a algum órgão público federal em Alagoas, que possa, de modo subsidiário, oferecer serviço de buffet, a ser adicionado em eventos maiores e mais complexos que os costumeiros.

14. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 14.1. A fim de mitigar possíveis impactos ambientais, a CONTRATADA deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, além da legislação relativa à matéria.

15. DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. A contratação proposta possui viabilidade técnica, econômica e administrativa, estando alinhada aos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

16. DOS RESPONSÁVEIS

Jhóstenes José de S. W. Martins
Coordenadoria de Administração

Roberto Chagas de Omena
Coordenadoria de Administração

PARECER
531/2022



AUDIN

Auditoria Interna do
Ministério Público da União

PARECER AUDIN-MPU Nº 531/2022

Referência : Ofício nº 3575.2022-DG.PGT. PGEA nº 0.02.000.000081/2022-97.
Assunto : Administrativo. Contratação de serviços de fornecimento de coffee break para eventos institucionais.
Interessado : Diretoria-Geral. Ministério Público do Trabalho.

O Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral do MPT, reportando-se ao Parecer CORAG/SEORI/AUDIN-MPU nº 635/2011¹, pleiteia reexame da matéria considerando o número de demandas de fornecimento de coffee break ligadas à atuação institucional, oriundas de áreas finalísticas e/ou administrativas, dentre as quais estão as Coordenadorias Nacionais Temáticas (área-fim), além de pedidos formulados pelas chefias das Procuradorias Regionais do Trabalho, com indicação de atividades vinculadas aos objetivos institucionais do Parquet, porém, sem a participação presencial, em parte desses eventos, seja do Procurador-Geral do Trabalho, ou a quem por ele, nessa condição, for designado (a).

2. Ante as razões apresentadas pelo I. Consultente, destaca-se:

Consoante as justificativas que nos vêm firmadas nos pedidos respectivos, todos no interesse do serviço, nos chegam casos de eventos presenciais nas modalidades de reuniões de complexidade e de definição de estratégias, cursos, seminários, oficinas e encontros institucionais, incluindo aqueles que acontecem em parceria com outros Órgãos públicos ou instituições privadas, onde se discutem ou se definem acordos dentre partícipes e/ou se traçam diretrizes, metas e objetivos, etc., restando evidenciado estreito relacionamento com a atuação do MPU/MPT, em linha com os arts. 127 a 129 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei Complementar nº 75/93. Cite-se, outrossim, demandas de eventos de treinamento com vínculo na atuação institucional, com ou sem a participação da Autoridade máxima do MPT.

3. O referido Parecer desta Auditoria Interna assevera:

2. Em exame, conforme PARECER CORAG/SEORI/AUDIN/MPU/Nº 219/2009, em harmonia com os Acórdãos 741/2010 e 1730/2010 do Plenário do Tribunal de Contas da União, ressalte-se que a “jurisprudência do TCU é firme no sentido de que as despesas com serviço de coffee break somente

¹ Esse número mencionado corresponde ao Prot. AUDIN/GAB 635/2011, na realidade corresponde ao Parecer/CORAG/SEORI/AUDIN/MPU/Nº 136/2011.

podem ser realizadas quando o **evento esteja direta e concretamente vinculado aos objetivos institucionais do órgão ou entidade e, ainda assim, desde que de forma comedida, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade, economicidade**".

4. Convém salientar que as deliberações do Tribunal de Contas da União são no sentido de censurabilidade e reprovabilidade de eventos realizados pela Administração Pública que não se coadunam com as atividades precípua do órgão ou entidade e não privilegiam a moderação dos valores dispendidos, conforme vasta jurisprudência pacificada sobre a matéria², a exemplo do Acórdão TCU nº 473/2009 – Plenário:

SUMÁRIO

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (CONVERSÃO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA). REJEIÇÃO DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA E DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. RETENÇÃO PARCIAL DE VALORES. CONTAS IRREGULARES. MULTA. DETERMINAÇÕES. (...)3. É irregular a realização de despesas não vinculadas à atividade fim do órgão/entidade com solenidades, festividades, eventos comemorativos e quaisquer congêneres, e a consequente impossibilidade de se realizar despesas desta natureza à conta dos cofres públicos em virtude da falta de amparo legal. (...)

5. Nesse sentido, considerando ainda o momento atual de crise econômica do país com contingenciamento de recursos orçamentários, são requisitos indispensáveis ao fornecimento de coffee break em eventos realizados pela Administração Pública, necessariamente:

- a) tratar-se de evento especial, de ocorrência não rotineira, que foge às atividades normais e corriqueiras e possua o **objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento e melhoria das atividades finalísticas do órgão**;
- b) moderação e razoabilidade dos valores dispendidos;
- c) dotação orçamentária;
- d) apresentação de justificativas para a necessidade do fornecimento e o alcance dos **objetivos finalísticos do órgão**; e,
- e) observação às diretrizes da Lei nº 8.666/1993 ou da Nova Lei de Licitações e Contratos³, bem como aos princípios que regem a Administração Pública.

² AC-238/2004-P; AC-1.386/2005-P; AC-250/2006-2ªC; AC-1.886/2007-1ªC; AC-598/2009-P; AC-367/2009-2ªC; AC-598/2009-P; AC-741/2010-P; AC-1.730/2010-P; AC-1.564/2010-2ªC; AC-7.359/2010-1ªC; AC-4.185-2011-1ªC; AC-1.485/2012-2ªC; AC-776/2016-P.

³ Lei nº 14.133/2021.

6. Registre-se, por oportuno, que a presença da autoridade máxima do órgão ou de quem o represente não constitui requisito para o fornecimento de coffee break em eventos realizados pela Administração Pública.

7. Assim, em razão de não ter havido mudança no entendimento dispensado pela e. Corte de Contas sobre a matéria, resta-nos a impossibilidade de revisão ou reexame do parecer referido.

8. Nada obstante, cumpre salientar que “a Administração, em cada caso, deverá avaliar se o evento pretendido tem vinculação direta e concreta com os objetivos institucionais do órgão”⁴. No Ofício nº 3575.20022-DG.PGT restou identificado que a motivação dos eventos mencionados, “com pedido de fornecimento de coffee break, prima facie, dentre outros, demonstra seu enquadramento com objetivos institucionais definidos no Plano Estratégico, alinhados com sua missão e valores”, fator que contribui como salvaguarda ao fornecimento de serviços de coffee break.

É o Parecer.

Brasília, 16 de agosto de 2022.

SELMA AVON CAROLINO VANDERLEI
Analista do MPU/Gestão Pública

De acordo.
Encaminhe-se ao Diretor de Auditoria de Gestão Administrativa.

JOSÉ GERALDO DO E. SANTO SILVA
Chefe da Divisão de Consultoria e Orientação

De acordo com o Parecer AUDIN-MPU nº 531/2022.
À consideração do Senhor Auditor-Chefe.

MICHEL ÂNGELO VIEIRA OCKÉ
Diretor de Auditoria de Gestão Administrativa

⁴ Acórdão TCU nº 4.185/2011 – 1ª Câmara.

De acordo com o Parecer AUDIN-MPU nº 531/2022.
Encaminhe-se à DG/MPT, para as providências cabíveis.

EDUARDO DE SEIXAS SCOZZIERO
Auditor-Chefe Adjunto

RONALDO DA SILVA PEREIRA
Auditor-Chefe

Assinado digitalmente em 08/08/2025 às 15:26. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 008ed206.83a89e9%.D838997f.9cd5b250



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **AUDIN-MPU-00001631/2022 PARECER nº 531-2022**

Signatário(a): **RONALDO DA SILVA PEREIRA**

Data e Hora: **16/08/2022 15:07:59**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **EDUARDO DE SEIXAS SCOZZIERO**

Data e Hora: **16/08/2022 15:31:26**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MICHEL ANGELO VIEIRA OCKE**

Data e Hora: **16/08/2022 15:48:48**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JOSE GERALDO DO ESPIRITO SANTO SILVA**

Data e Hora: **16/08/2022 15:50:54**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **SELMA AVON CAROLINO VANDERLEI**

Data e Hora: **16/08/2022 15:59:14**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8b7ed20e.86299c96.04d894ff.e7c7b3f9